

jornal da tarde

O SEU CADERNO DE PROGRAMAS E LEITURAS

O JT sugere esta discussão:

O brasileiro enfrenta hoje uma série de decepções, e paira no ar um sentimento generalizado de desencanto. É a sensação de que as esperanças mais recentes da população não deram certo: a Nova República que, cada vez mais, se parece com a velha; o PMDB que se cala e consente, que se mostra tão fisiológico quanto os partidos do passado; o Cruzado que não deu certo; a corrupção

que continua, com sua velha companheira, a impunidade; a Justiça que não funciona, não condena, não prende; a polícia que não protege; o presidente da República que decepiona; as obras faraônicas que voltam e ninguém faz nada para impedir; os empresários que não crêm mais em investimento; a ciranda financeira que volta... É o momento de meditarmos sobre essa desilusão, sobre o que não deu certo, e por que não deu.

O CAOS

Eis as conclusões a que chegaram estas personalidades ligadas à vida científica, política e empresarial do Brasil.



Jaguaribe, Schwartzman, Afif, Welfort.

HÉLIO JAGUARIBE

"Estamos caminhando perigosamente para uma situação de ingovernabilidade no segundo semestre, em que os preços não terão nenhuma relação com os custos, os salários estarão muito defasados e a população não conseguirá ser atendida em suas necessidades básicas. Haverá desespero, assaltos a supermercados, motins, greves das mais absurdas, desobediência civil. Estamos na iminência de uma situação de caos, cuja saída não será racional, mas caótica. A resposta brasileira ao caos será a restauração do fascismo, do autoritarismo.

A curto prazo, a solução atual seria uma economia de guerra, com severo controle de preços e das margens de lucro dos empresários, inclusive com doação de bônus de alimentação para garantir que a população não passe fome. Isto legitimado por um pacto social não entre preços e salários somente, mas sobre qual o Brasil que desejamos para o ano 2000 e assim já começamos a atuar visando o Brasil de 1987, dificuldade é a determinação política para isso: é preciso uma reforma partidária urgente.

Enquanto o país caminha para o fundo do poço, os políticos assumem uma posição que me faz lembrar as pessoas na sala de banquetes do navio Titanic, disputando um lugar mais perto da orquestra e preocupadas se tem ou não mais caviar, algumas horas antes do navio afundar. Todo esse espetáculo da fisiologia por parte do PMDB e de outros partidos lembra a disputa pelo caviar antes do naufrágio.

Dois brasis

A crise resulta da combinação de fatores estruturais de longa data, que tornem particularmente difícil a montagem de um sistema político viável no Brasil, com circunstâncias recentes, como o terrível malogro do Plano Cruzado. Em nosso passado histórico, há o problema básico do acelerado processo de industrialização, a partir de 1930 e mais ativamente depois da 2ª Guerra, que conduziu o País à oitava posição na economia mundial. Ao mesmo tempo, no curso da terceira década, o processo de transformação do Brasil — um país até então agropastoril — em um país fortemente industrializado, provocou o surgimento de uma sociedade dualista.

Há dois brasis convivendo no mesmo território, nas mesmas cidades, nas mesmas ruas. Existem os que vivem numa sociedade industrial moderna e os que continuam primitivos, com remanescentes na antiga sociedade agropastoril, entretanto não possuindo mais os laços de inserção com esta sociedade agrícola. É uma massa não incorporada à economia industrial, mas também não pertencente à estrutura pastoril. Como a agricultura brasileira não acompanhou o progresso da indústria, a maior parte da população rural continua vinculada às formas primitivas de produção. Outros 15 milhões de pessoas, através de migrações, transferiram-se aos meios urbanos nos últimos dez anos (a maioria analfabeta, sem conseguir empregos, vivendo no terciário marginal que faz das cidades brasileiras algo muito parecido com as cidades indianas, convertendo-se em Calcutá, com bazares em plena rua, camelôs e todo um comércio de miséria pululando por todos os cantos). Os que foram incorporados à sociedade industrial ganham salário mínimo, que não dá para uma subsistência digna.

É uma terrível dicotomia. Uma parcela minoritária da sociedade brasileira dispõe de condições semelhantes às sociedades europeias, com vida moderna e razoável, enquanto uma outra parcela, majoritária, possui as condições de vida afro-asiáticas. Essa posi-

bilidade de convívio ameno entre uma população primitiva e outra moderna está absolutamente esgotada. Tornou-se um convívio conflituoso, dramático, patético, gerador de crises de todos os níveis: sociais, econômicos e políticos.

O sistema de representação política no Brasil é extremamente inadequado, impróprio para conduzir mudanças. As grandes massas se reproduzem a si próprias na expressão de sua representação e não logram com isso indivíduos que tenham capacidade de transcender as causas em virtude das quais elas continuam inseridas no primitivismo. Isso gera um desequilíbrio profundo no aparelho legislativo, onde a grande maioria dos representantes da massa estão desajustados para responder aos desafios desta mesma massa, já que esses políticos participam da mesma ignorância e possuem formação insuficiente para dirigir o país de hoje.

Assim, há um contraste e um conflito muito sério entre o Estado democrático e moderno (como é o Estado brasileiro) e os partidos extremamente primitivos e muito pouco democráticos. Se o Estado brasileiro quiser continuar moderno não pode deixar de ser dirigido por esses partidos. No entanto, se o Estado deixar de ser dirigido por partidos deixa de ser democrático. Por isso precisa de uma profunda reforma partidária.

Foi muito alto o preço que o gênio Tancredo Neves teve de pagar para converter de forma pacífica e consensual um regime autoritário em regime civil democrático: foi preciso incorporar importantes setores do antigo regime dentro do barco da Nova República. Foi a saída encontrada para não esmagar o antigo regime com um processo político-revolucionário. Havia poucas alternativas.

Plano Cruzado

O colapso do Plano Cruzado foi o aspecto mais emergente da crise, apesar de ter-se constituído numa das iniciativas mais brilhantes e inteligentes de toda a história da República. Por que o plano terminou no terrível fracasso? A principal causa: os erros de gerenciamento a partir de maio de 1986, época em que o governo deveria começar a reanalisar os preços, conforme alertavam os economistas do Cruzado, já que vários setores saíram prejudicados do congelamento. Esse realinhamento faria a inflação chegar aos 20%, mas estabilizaria as relações inter-setoriais, sendo possível um segundo período de congelamento, com a posterior liberação do mercado tendo a inflação reduzida.

Houve, no entanto, um hiato muito grande entre o discurso e a prática por parte do governo; os gastos públicos não foram cortados, com o governo prevendo a participação de seus gastos entre 1% e 2% do PIB, enquanto outras instituições estimavam, acertadamente, 7%. Foi também um absurdo manter o congelamento até novembro, provocando uma profunda confusão entre os setores da produção, favorecendo o ágio, o desabastecimento e o colapso do Plano Cruzado. Quando o governo foi compelido a reconhecer que o plano não funcionava mais, liberou os preços e houve esta explosão gigantesca. Agora estamos nos aproximando de uma hiperinflação de 1000% ao ano, uma situação extremamente difícil e delicada. No plano econômico, o governo está num dilema: ou controla o surto inflacionário restabelecendo o congelamento — e aí se defrontará com as dificuldades do ano passado, gerando desabastecimento — ou o governo mantém a liberalização dos preços estimulando a entrada no mercado de setores ainda não suficientemente produtivos, medida que não conseguirá evitar a hiperinflação.

Com a hiperinflação caímos na ingovernabilidade, o que poderá acontecer no segundo semestre deste ano. Os preços passarão a não ter nenhuma relação com os custos, todos os mecanismos de salários e preços não serão viáveis e a população deixará de ter atendidas suas necessidades de base (a massa da população não tem qualquer reserva de dinheiro) e uma curta interrupção de abastecimento levará as pessoas ao desespero, aos assaltos a supermercados, a greves absurdas, à desobediência civil, ao caos.

Creio que o presidente Sarney tentou manter uma posição otimista por um prazo mais prolongado do que as condições permitidas, mas agora penso que ele não tem mais dúvidas e não esconde mais sua profunda apreensão perante essa crise incontrolável. A saída não será racional, mas imprevisível, e poderá acarretar um preço alto para a sociedade brasileira e para as instituições. Como evitar o caos no segundo semestre?

Desesperadamente, o governo precisa adotar medidas que impeçam o caos. Elas compreendem dimensões nítidas: a primeira providência seria a necessidade de uma visão competente, clara, multidisciplinar — transcendente aos partidos — do conjunto de problemas do País (a dualidade das sociedades, a reforma partidária...). Em segundo lugar, é necessário que a visão global ganhe difusão ampla entre as forças da sociedade civil e o governo com capacidade de influência. Esse diagnóstico de doença do país deverá conduzir a uma terceira fase, que é a determinação política pelo governo e pelos partidos que constituem a maioria no Congresso no sentido de implantar medidas. Esta é a tarefa mais difícil.

No entanto, aquilo que convém fazer para corrigir a fonte profunda de nossos males — o dualismo entre a sociedade primitiva e a industrial moderna — é algo que frequentemente entra em conflito com medidas de curto prazo que acabe com a inflação. Por isso só é possível conseguir uma solução através de um pacto social, não um pacto ingênuo entre preços e salários, mas um acordo que leve a compromissos sérios por parte dos grandes protagonistas de nossa sociedade, convergindo ao desenho de um país desejável dentro de um prazo determinado. O primeiro consenso seria para o Brasil que queremos no ano 2000. A partir dessas previsões, de comum acordo, haverá consenso para o Brasil de 1990, 1988... 1987.

A curto prazo, a solução é uma economia de guerra. Uma severa disciplina de preços em que todas as empresas teriam direito a receber, por exemplo, uma remuneração que cubra os custos e uma margem de lucro de 10%. A partir daí, os preços seriam provisoriamente controlados para que a curva inflacionária regreda e libere o mercado em seguida. A população teria, pelo menos, o atendimento de suas necessidades básicas, inclusive com um bônus de alimentação para garantir que ninguém passe fome.

Mas para tomar esta decisão, é necessário um pacto social: o governo não tem condições de impor essas medidas pelo autoritarismo, porque ele perdeu os instrumentos de controle, nem por intermédio da exemplaridade, porque perdeu sua credibilidade. Esse acordo deve se exprimir na formação do próprio Ministério, com a participação das forças sociais reais do País e não de jogadas políticas.

Se houver o caos, os bobos radicais da CUT, que se interessariam pela situação para implantar uma república socialista, não conseguirão seu intento. Com certeza irão para a cadeia, porque a resposta brasileira ao caos será a restauração do fascismo. O caos deve ser evitado a qualquer custo."

SIMON SCHWARTZMAN

"A desilusão e o desencanto dos brasileiros com a inércia do governo em tomar decisões, o descrédito geral de qualquer medida econômica e a sensação de que a Nova República é igual à Velha decorrem de um só motivo: a absoluta incapacidade de liderança e a falta de legitimidade do poder que está nas mãos do presidente José Sarney.

O próprio presidente Sarney é um resto do governo passado, muito mais próximo do PFL do que do PMDB, com o qual nunca se identificou. Por isso, considero indispensável a participação do PMDB nas decisões do presidente. Se isso não acontecesse, o governo ficaria no vácuo, sem base política, o que aumentaria ainda mais esse sentimento maníaco-depressivo da sociedade.

O próprio Ulysses Guimarães é o símbolo da fraqueza do poder de Sarney. A paralisia do governo não é tanto causada pelo PMDB, mas pelo isolamento político do presidente da República. (Por isso, vejo com grande interesse a proposta do Parlamentarismo misto e das eleições diretas, no máximo em novembro do ano que vem).

Dessa maneira, o presidente, muito ocupado com os problemas da economia — inflação, dívida externa, investimentos —, uma preocupação quase vá porque não tem apoio político necessário para enfrentá-los com chance de êxito, não dedica tempo e prioridade a outros setores como a Educação (onde está a reforma universitária?) e outras políticas sociais sem planos, sem metas. Assim, permanece na paralisia.

O único antídoto que vejo para este veneno é o surgimento de novas lideranças no PMDB, como o senador Mário Covas, e não

Ulysses Guimarães, que já teve o seu papel importante, mas agora precisa ser substituído, gradativamente, por outros. Com novas lideranças, o PMDB talvez consiga amenizar o descontentamento geral do eleitorado e, assim, enfrentar com um pouco mais de otimismo as eleições diretas, que, se se realizassem agora, o partido certamente perderia.

O aparecimento de um partido conservador moderno e forte poderia ser também outro fator importante para diminuir a depressão popular. Um partido que não seria o PDS (que acabou), nem o PFL (que se transformou em ninho dos políticos da oligarquia nordestina, sustentada pelo elo das famílias). Talvez o PL, dos deputados Alvaro Valle e Guilherme Afif Domingos. Este partido disputaria com o PMDB, já que não é interessante existir apenas um partido no País, mas, sim, um pluripartidarismo efetivo.

Se o quadro político continuar como está, com o PMDB 100% majoritário, o conflito político acabará ocorrendo dentro do próprio partido. E aí poderá beneficiar-se um líder político que vive em águas turvas, sobrevivendo à custa da confusão dos outros: seu nome é Leonel Brizola, que não teria futuro político se os partidos estivessem em condições normais.

Como o governo de hoje precisa funcionar, só a co-participação do PMDB o poderia legitimar — eleito que foi, majoritariamente, nas últimas eleições —, pelo menos em parte, e reduzir o imobilismo do governo.

O povo está realmente desiludido com a destruição do Plano Cruzado, por causa de uma cartada política às vésperas das eleições."

AFIF DOMINGOS

"Infelizmente o brasileiro hoje está dividido. A Nova República foi um grande engodo vendido pelo PMDB como um projeto de grandes mudanças para, na realidade, nada mudar. O PMDB foi porta-voz da esperança de um povo e demonstrou que almejava o poder não como um meio de atender às aspirações da sociedade, mas o poder como um fim em si mesmo. Demonstrou ser um partido sem convicções, em que os interesses pessoais, o fisiologismo, foram colocados acima de qualquer coisa, numa situação pior que a do velho PDS.

É preferível a ditadura com "nóis" do que a democracia com eles." Este pensamento de um político do Interior, prático mas honesto, poderia muito bem ter sido expresso por qualquer das lideranças do PMDB de hoje que procuram, inclusive, criar um clima de golpe ou mesmo provocar um, somente para usufruir do poder.

O engodo do Plano Cruzado foi comprovado, mostrando também a incompetência do PMDB que procurou combater efeitos e não causas da inflação. E nisso não estava sozinho, mas com o PFL, não no que chamam de "Aliança Democrática", mas numa verdadeira "cumplicidade democrática", em que ambos são comparsas.

Mais uma prova disto é o impedimento, por parte do multipresidente Ulysses Guimarães, da leitura do decreto que criou o Fundo

Nacional de Desenvolvimento e o empréstimo compulsório. Quer a "cumplicidade democrática" que o Congresso não examine este documento — o que aconteceria após sua leitura perante o Legislativo —, justamente para a manutenção da política do fato consumado. Quer a "cumplicidade democrática" que os recursos do empréstimo compulsório comecem a ser enterrados na faraônica e desnecessária Ferrovia Norte-Sul, para favorecer os mesmos interesses econômicos de sempre, dos amigos de sempre.

Vou interpelar o sr. Ulysses Guimarães, segunda-feira, em nome do Partido Liberal, para que explique por que não permitiu até agora a leitura dos decretos arbitrários que desorganizaram toda a economia do País, sendo causa da atual situação e motivo da enorme frustração do povo brasileiro. Também vou exigir a já solicitada auditoria sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, já que o BNH foi extinto como "queima de arquivo" para proteger conhecido devedor, hoje assessorando a Nova República, que se transformou em credor.

O PMDB tem sido conivente com os crimes do passado, com sua "cumplicidade democrática". Espero que os homens de bem do PMDB e de outros partidos formem, sim, uma frente para um novo choque neste país: o choque da moralidade."